

PRIMÓRDIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NO TRIÂNGULO MINEIRO: a escola normal de Uberaba (1881-1905)

Beginnings of Teacher Training in the Triângulo Mineiro:
The Uberaba Normal School (1881-1905)

Inicios de la formación docente en el Triângulo Mineiro:
La Escuela Normal de Uberaba (1881-1905)

ANDRÉ LUÍS OLIVEIRA*, GERALDO INÁCIO FILHO, DÉCIO GATTI JÚNIOR
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
*Autor correspondente. E-mail: andreoliveira@iftm.edu.br.

Resumo: Este artigo é resultado de uma investigação que teve por objeto a Escola Normal de Uberaba no período compreendido entre 1881 e 1905. Trata-se de uma das oito instituições instaladas em Minas Gerais entre 1870 e 1883. Foram analisados documentos inéditos que permitiram identificar precariedades como falta de equipamentos pedagógicos, ausência de edifício próprio, aspectos da metodologia de ensino, disputas políticas, expansão e profissionalização do magistério e os primórdios da coeducação. Por fim, expõem-se as razões que conduziram ao fechamento da primeira instituição de formação e certificação de professores do Triângulo Mineiro, instalada em Uberaba.

Palavras-chave: Escola Normal; formação de professores; Uberaba/MG.

Abstract: This article is the result of an investigation whose object was the Uberaba Normal School in the period between 1881 and 1905. It is one of the eight institutions installed in Minas Gerais between 1870 and 1883. Unpublished documents were analyzed that allowed us to identify precarious conditions such as lack of pedagogical equipment, lack of own Building, aspects of teaching methodology, political disputes, expansion and professionalization of teaching and the beginnings of co-education. Finally, the reasons that led to the closure of the first teacher training and certification institution in the Triângulo Mineiro, located in Uberaba are explained.

Keywords: Normal School; teacher training; Uberaba/Minas Gerais.

Resumen: Este artículo analiza la Escuela Normal de Uberaba en el período comprendido entre 1881 y 1905, una de las ocho instituciones creadas en Minas Gerais entre 1870 y 1883. A partir de documentos inéditos, se identificaron condiciones precarias —como la falta de materiales pedagógicos y de un edificio propio—, aspectos de la metodología de enseñanza, disputas políticas, la expansión y profesionalización del magisterio y los inicios de la coeducación. Por último, se exponen los factores que condujeron al cierre de la primera institución de formación y certificación de profesores del Triângulo Mineiro, instalada en Uberaba.

Palabras clave: Escuela Normal; formación docente; Uberaba/Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo comunica resultados de investigação sobre a Escola Normal de Uberaba¹ em seu primeiro período de existência, os anos de 1881 a 1905². Para atingir o intento, indagamos sobre a origem das escolas normais, o papel que desempenharam e as razões de Uberaba ter sido escolhida para sede de uma delas. Indagamos também sobre as atribuições desta escola, suas condições materiais de existência e os motivos de seu fechamento. Para elucidar as questões elencadas, lançamos mão de memorialistas, bibliografia especializada e análise de fontes primárias, a maioria delas produzida na própria instituição, como atas da Congregação, atas de exames, livros de ponto, ofícios e cartas. Consultamos a imprensa da época, com destaque para o *Gazeta de Uberaba*.

A investigação corresponde às temáticas das instituições escolares e da trajetória da formação docente. Portanto, trata-se de um trabalho inserido no campo da História e Historiografia da Educação, ancorado na assertiva de que pesquisar a história das escolas normais é contribuir com a montagem do amplo quebra-cabeça da escolarização, situado no tempo da longa duração (Le Goff, 2005, pp. 9-10). Nesse sentido, recorreremos ao referencial teórico da *Escola dos Annales*³, que, conforme demonstrou Buffa (2001, p. 82), fundamenta estudos e pesquisas no campo da História da Educação, propiciando novas abordagens que envolvem instituições, cotidiano escolar, sujeitos etc.

A interpretação das fontes na perspectiva da *Escola dos Annales* favoreceu o levantamento de questões acerca do cotidiano da Escola Normal de Uberaba, tais como o movimento pela secularização do ensino, defendido pelos republicanos em nível nacional, e que, conforme demonstraremos, fez-se presente no interior da instituição, o que alinha a pesquisa ao apontamento de Buffa (2001, p. 83), que chama atenção para a necessidade do estudo do particular atentar-se para explicações ou fenômenos universais. Nesse sentido, a investigação realizada analisou o “particular,

¹ Os memorialistas a denominam de Escola Normal Oficial, terminologia que, em nosso entendimento, tinha a função de diferenciá-la de sua concorrente particular, o Colégio Nossa Senhora das Dores, que, durante seus primeiros anos de existência, não era oficializado pelo poder público e só foi equiparado a uma instituição oficial no início do século XX (Moura, 2002, p.80). A ata de instalação da instituição traz o nome que julgamos mais adequado: “Escola Normal da Cidade de Uberaba” (Arquivo Público de Uberaba [APU], código IP, 1.3, cx.32), doravante denominada por nós de Escola Normal, criada pela Lei n. 2.783, de 22/09/1881, e oficialmente instalada em 15/07/1882. Ela, assim como outras, conviveu com precárias instalações e intermitência, ou seja, períodos de aberturas e fechamentos. Aberta em 1882, foi fechada em 1905. Reaberta em 1928 e, novamente, fechada em 1938. Reaberta em 1948 e não mais fechada. Atualmente é a Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

² Designada Sampaio (Arquivo Público Mineiro [APM], código SI, 4.2, 1094) como pequena academia, em razão das escolas de primeiras letras da região terem, cada vez mais, seus mestres formados por ela.

³ Os *Annales* desencadearam uma revolução na possibilidade de interpretação historiográfica, levando a historiografia a assumir nova dinâmica no aspecto da multiplicidade de objetos e da metodologia, que assumiu posição mais aberta à interdisciplinaridade interpretativa (Le Goff, 2005, p. 36-37).

considerando suas relações com o universal”. No que tange às categorias de análise mobilizadas, destacamos: 1) Escola Normal, trabalho docente e formação de professores, envolvendo os sujeitos docentes e discentes; 2) tempo de existência da instituição e as precariedades da formação docente.

A investigação busca suprir a demanda de pesquisas sobre escolas normais surgidas no interior do Brasil. Isto posto, a criação da Escola Normal de Uberaba assinala a expansão de um modelo para além das capitais e os primórdios da formação docente no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba⁴, evidenciando, neste campo, o início de uma ação mais efetiva do poder provincial mineiro no interior da Província, que também pode ser verificada em Arruda (2013), Fonseca (2013), Gonçalves Neto e Carvalho (2018), Lage (2005), Martins (2013), Pedruzzi (2016) e Sousa (2021).

O artigo está estruturado em três seções. A primeira aborda a gênese das escolas normais, a expansão do modelo em Minas Gerais e as razões que fizeram de Uberaba uma das sedes das oito instituições criadas pelo governo provincial, no final do século XIX. A segunda discorre sobre o fazer da escola, pontuando atribuições e o papel da escola primária anexa. Por fim, refletimos sobre o corpo administrativo e pedagógico, evidenciamos precariedades que marcaram o início da formação de professores e as razões do fechamento da instituição.

A ESCOLA NORMAL NO BRASIL, EM MINAS E EM UBERABA

O modelo de instituição de formação de professores que deu origem à Escola Normal brasileira surgiu na França (Saviani, 2009, p. 143), tratando-se de instituições notabilizadas pela formação de um corpo profissional técnico dedicado ao magistério, facetas da modernidade e pontas do *iceberg* do movimento da escolarização, responsáveis pela intensificação e generalização do letramento. Constituem-se *locus* de formação e certificação docente, transmitindo um saber pedagógico contido em manuais e regulamentos educacionais. Elas contribuíram para a normatização e racionalização de práticas educativas, realizando a instrução profissional de novos professores, em substituição aos antigos mestre-escola, fornecendo-lhes conhecimentos para formarem as novas gerações, habilitando e legitimando sujeitos que almejavam o magistério (Rosa, 2004, p. 21; Martins, 2009, p. 180; Gondra & Schueler, 2008, p. 198). Nesse sentido, atuaram em prol da expansão da profissionalização do trabalho docente.

A habilitação consistia em licença para atuação na docência elementar. Sua origem reporta à Europa do século XVIII, quando se fortalece a preocupação com regras e padrões uniformes de seleção e nomeação de professores, em um contexto de

⁴ No período balizado, o Alto Paranaíba era parte do território triangulino. Portanto, ao utilizarmos Triângulo, estamos nos referindo às duas regiões.

formação de cidadãos munidos de civismo para lidar com assuntos de ordem nacional. O Estado tomou medidas objetivando garantir um corpo docente profissional e laico, expandindo a profissionalização desta atividade e estabelecendo mecanismos de seleção, autorização e controle.

As escolas normais cumpriam tripla tarefa: 1) formar educadores com conhecimentos pedagógicos; 2) legitimar profissionais de outras áreas que já atuavam na docência (médicos, engenheiros e advogados), licenciando-os para continuarem lecionando; 3) formar mestres adequados aos padrões normativos e valores morais vigentes. A franquia ao magistério foi decisiva na profissionalização da atividade

uma vez que facilitou a definição de um perfil de competências técnicas, que serviu de base ao recrutamento de professores e ao delinear de uma carreira docente [...] funcionou, também, como [...] “aval” do Estado aos grupos docentes, que adquiriram por esta via uma legitimação oficial da sua atividade (Nóvoa, 1999, p. 17).

No Brasil, após o Ato Adicional de 1834⁵, a instalação das escolas normais tornou-se prerrogativa das províncias e, posto muitas não disporem de recursos para a educação, ou alegarem não dispor, o início da formação docente foi acanhado (Sucupira, 1996, pp. 61-65), evidenciando serem as elites pouco interessadas na formação de normalistas e universalização do ensino elementar. A descentralização “dos sistemas de formação de docentes desde a sua origem” é um elemento dificultador do estudo das escolas normais e da reconstrução minuciosa de sua trajetória (Tanuri, 2000, p. 62).

O Quadro 1 aponta o ano de fundação, instalação e localização das primeiras escolas normais brasileiras; a primeira, fundada em Niterói, em 1835. Ela foi precursora do projeto público gestado pelas elites para a formação de professores e, após sua instalação, muitas outras surgiram, em um movimento marcado por precariedades, avanços e retrocessos, fortalecido após 1870 (Villela, 2011, p. 101). Em todas as províncias, elas tiveram trajetória atribulada e incerta, submetidas a contínuo processo “de criação e extinção, para só lograram (*sic*) algum êxito a partir de 1870” (Tanuri, 2000, p. 64), ou seja, outra faceta da história dessas instituições foi a intermitência; eram instaladas, fechadas e reabertas segundo a vontade do grupo no poder, estando “à mercê de interesses” que, ora atuavam a favor de sua existência, ora contra (Sousa, 2021, p. 52).

⁵ Medida responsável pela dualidade em que o poder central ficou encarregado do ensino superior; as províncias e municípios do elementar e secundário (Oliveira, 2004, p. 948).

Quadro 1 - Primeiras escolas normais do Brasil

Local	Ano de criação	Ano da primeira instalação
Niterói	1835	1835
Minas Gerais	1835	1840
Bahia	1836	1841
Mato Grosso	1837	1842
São Paulo	1846	1846
Pernambuco	1864	1865
Piauí	1864	1865
Alagoas	1864	1869
Rio Grande do Sul	1869	1869
Pará	1870	1871
Sergipe	1870	1871
Amazonas	1872	1872
Espírito Santo	1873	1873
Rio Grande do Norte	1873	1874
Maranhão*	1874	1874
Corte*	1874	1874
Corte	1876	1880
Paraná	1876	1876
Ceará	1878	1884
Santa Catarina	1880	1880
Goiás	1882	1884
Paraíba	1884	1885

*Instituições privadas.

Fonte: Araújo *et al.* (2008) e Tanuri (2000).

O Quadro 1, elaborado a partir de Tanuri (2000)⁶ e Araújo *et al.* (2008)⁷, evidencia que escolas normais foram instituídas em momentos distintos, dado que cada Província as criava a seu tempo e condições. A do Rio de Janeiro deu providências em 1835, e a de Santa Catarina 45 anos depois. Foram instituídas, até 1869, oito escolas e, entre 1870 e 1884, quatorze. Se entre 1835 e 1869 (34 anos) foram criadas oito instituições, entre 1870 e 1884 (14 anos) foram quatorze, o que assinala expansão do modelo após 1870. Antes desse período, a grande marca das escolas normais foi a intermitência. Tomemos o exemplo da Escola Normal de Ouro Preto, criada em 1835 e instalada em 1840, que funcionou por apenas dois anos e foi fechada em 1842. Reaberta em 1846 e, novamente, fechada em 1852, ficou 18 anos sem funcionar, sendo reaberta em 1870 (Pedruzzi, 2016, pp. 22-23). Para Sousa (2021, p. 171), a trajetória das escolas normais em Minas Gerais, assim como em outros lugares do Brasil, até a década de 1870, “foi marcada por certa fragilidade e descontinuidade”.

⁶ O artigo realiza uma “síntese da evolução do ensino normal da perspectiva da ação do Estado e da política educacional por ele desenvolvida” (Tanuri, 2000, p. 61).

⁷ Dermeval Saviani, no prefácio do livro *As escolas normais no Brasil: do Império à República*, afirma que a obra é fruto “da soma de esforços de 31 pesquisadores, todos eles devotados à pesquisa histórica sobre a formação de professores” (Araújo *et al.*, 2008, p. 7).

O Quadro 1 registra instituições das capitais de províncias, permitindo indagar sobre as que existiram no interior. Nesse sentido, percebemos uma lacuna de investigações que sistematizam o número de escolas normais fora das capitais. Isso ocorre porque, para analisar a de Uberaba, tomamos conhecimento da existência de outras, situadas no interior de Minas, como demonstra o Mapa 1, que registra as unidades de Campanha, Diamantina, Juiz de Fora, Montes Claros, Paracatu, Sabará, São João del Rei e Uberaba⁸.

Mapa 1 - Escolas normais mineiras em 1884



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir das informações de Mourão (1959).

Ao observar as informações do Mapa 1, percebe-se que, dentre as escolas normais do território mineiro, a de Uberaba ocupava a posição mais a Oeste. Nesse sentido, indagamos as razões que justificaram a escolha da cidade para sede de uma das instituições normalistas criadas pelo governo mineiro no interior da Província. Segundo Sousa (2021, p. 183), as instituições normalistas surgidas em Minas Gerais, no final do século XIX, “estavam estrategicamente localizadas”. Tomemos os

⁸ Para melhor entender o aprofundamento da expansão do ensino normal em Minas Gerais, no final do século XIX, recomendamos os textos de Arruda (2013), Ferreira (2013), Fonseca (2013), Gonçalves Neto e Carvalho (2018), Lage (2005), Martins (2013), Oliveira (2018), Pedruzzi (2016) e Sousa (2021).

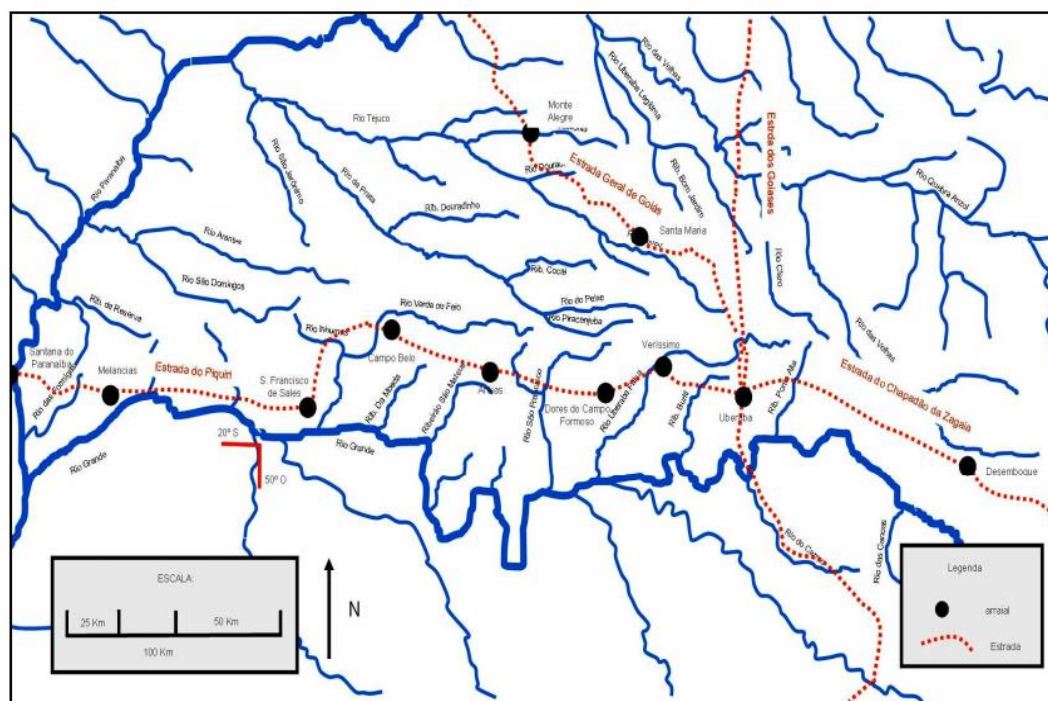
exemplos de Diamantina e Juiz de Fora. A Escola Normal de Diamantina assentava-se em uma cidade que “se apresentava como grande expoente econômico, cultural e político para a região na qual estava inserida”; enquanto Juiz de Fora era considerada uma das cidades “mais importantes de Minas Gerais e a mais importante da Zona da Mata” (Ferreira, 2013, p. 33). A situação de Uberaba era semelhante à das duas localidades.

Surgida e desenvolvida ao longo do século XIX, Uberaba adquiriu importância no Oeste de Minas, zona de trânsito entre São Paulo, Goiás e Mato Grosso, e tornou-se detentora da maior densidade demográfica do Triângulo (Lourenço, 2010, p. 175). Principal núcleo urbano do Triângulo, beneficiou-se do declínio da mineração, do crescimento de centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas e da expansão da cafeicultura no Oeste paulista. A região ganhou relevância econômica com a expansão do capitalismo brasileiro, que consolidou espaços no interior (Guimarães, 2010, p. 11).

Beneficiando-se de sua localização-chave, na intersecção entre dois eixos econômicos; um, situado a Leste, onde se encontravam as áreas mais antigas e povoadas da capitania de Minas; e outro, na estrada que ligava São Paulo a Goiás e ao Mato Grosso; em um ponto de convergência entre essas duas rotas (Lourenço, 2005, 2010), conforme demonstra o Mapa 2, Uberaba surgiu e desenvolveu-se nesse “nó”, passando a ocupar a primazia do comércio de diversos gêneros vindos de São Paulo e do Rio de Janeiro, com destaque para o sal, complemento alimentar dos rebanhos bovinos. A expansão da cafeicultura no Oeste paulista e das estradas de ferro⁹ fez com que o comércio uberabense passasse a ser feito, prioritariamente, por São Paulo, tornando-se posto avançado do capitalismo paulista. O desenvolvimento econômico também foi beneficiado pela pecuária, produção de algodão e pela guerra contra o Paraguai, dado que tropas que se dirigiram ao Mato Grosso foram aquarteladas na cidade por meses, deixando grande soma de capitais (Gazeta de Uberaba, 1880, pp. 1-2).

⁹ A inserção ferroviária no Triângulo foi um desdobramento do setor capitalista mais dinâmico da economia brasileira, ou seja, a cafeicultura paulista. Foi a Companhia Mogiana, com sede em Campinas, que organizou o empreendimento até Uberaba (Guimarães, 2010, p. 61).

Mapa 2 - Convergência de rotas comerciais em Uberaba



Fonte: Lourenço (2010, p. 61).

Três outros fatores merecem atenção. O primeiro é a vinda de famílias ricas de Estrela do Sul, antiga Bagagem Diamantina, em razão do esgotamento da exploração de diamantes em sua localidade. Elas trouxeram suas economias e fizeram investimentos no município. O segundo fator diz respeito à imigração. Ofícios expedidos pela Câmara Municipal, em 07/09/1894 e 15/05/1896, acusam a chegada de grande número de estrangeiros. Um registra a entrada de 67 famílias italianas, somando 223 pessoas. Outro pontua a vinda de mais famílias, em um total de 200 indivíduos¹⁰. O terceiro fator foi o desenvolvimento de manufaturas, uma delas a fábrica do Cassú, um dos maiores empreendimentos têxteis da Província. Em suas imediações havia 100 casas para abrigar operários, em um povoado que teve 500 habitantes (Bilharinho, 2007; Pontes, 1970). A cidade abrigou, ao longo do século, manufaturas de tabaco, olaria, vinícola, ferraria, fábrica de chapéus e beneficiamento de alimentos (Cellurale, 2020, pp. 531-549).

O crescimento suscitou a abertura de escolas e atraiu interessados na docência. Entre 1850 e 1874, chegaram diversos intelectuais; um deles, Fernando Vaz de Melo¹¹, fundador do primeiro colégio de instrução secundária da região, o Colégio Vaz de Melo

¹⁰ No que tange à imigração e na lógica da substituição da mão de obra e embranquecimento racial, o Brasil recebeu, no final do século XIX e primeiros anos do XX, milhares de famílias: 527.000 nos anos de 1880; 1.200.000 nos anos de 1890 e 649.000 na primeira década do século XX (Kreutz, 2011, p. 351).

¹¹ Segundo Pedruzzi (2016, pp. 39-40), Fernando Vaz de Melo viajou em companhia de Francisco de Assis Peregrino – primeiro diretor da Escola Normal de Ouro Preto –, em 1840, para Paris, com a finalidade de se instruírem “no método de ensino mais utilizado nos países civilizados”.

(Pontes, 1970, p. 409; Mendonça, 2008, p. 111). Além desse, de caráter particular, instituições educacionais públicas foram instituídas, como uma escola de ensino primário para meninos, em 1838, e outra para meninas, em 1853; a Escola Normal (1881-1905) e o Instituto Zootécnico (Bilharinho, 2007, p. 89; Machado, 2009, p. 70).

O número de instituições particulares foi maior. Podemos citar o Colégio Des Genettes, segundo de ensino secundário da região (1859-1861); o primeiro Liceu Uberabense (1877-1879); o Colégio da Piedade (1878-1882); o segundo Liceu Uberabense (1881-1896); o Colégio Uberabense (1889-1896)¹²; o Colégio Maria Isabel (1889-1905) e o Seminário Episcopal (1896-1902). Elas tiveram existência efêmera, mas há as que existem até os dias atuais, tais como o Colégio Nossa Senhora das Dores (1885); o Marista Diocesano (1903) e o Grupo Brasil (1908)¹³ (Mendonça, 2008, pp. 111-118). Uberaba viveu a convergência de importantes estruturas modernas, tais como urbanização, industrialização e escolarização. Alargou-se o número de categorias sociais consumidoras de ensino formal, periódicos e livros. Eram professores, médicos, juízes, engenheiros, religiosos, comerciantes, jornalistas, amanuenses, farmacêuticos, operários e imigrantes.

Por tudo que foi exposto em relação ao município, concluímos que sua escolha para sede de uma escola normal dava-se ao fato de a localidade ser a mais desenvolvida da região Oeste mineira e a economia regional melhor aparelhada para atrair e receber os progressos ocorridos no Brasil, na segunda metade do século XIX (Guimarães, 2010, p. 55), situação confirmada pela reforma eleitoral de 1881, que dividiu Minas em 20 distritos, colocando Uberaba como sede do 15º, abrangendo o Triângulo e mais três paróquias de fora (Pontes, 1970, p. 111). Ademais, o município trazia em seu histórico o fato de ser sede de Circunscrição Literária¹⁴ (Sampaio, 1971, p. 382). Por fim, registramos que o deputado Joaquim José de Oliveira Pena, autor da Lei n. 2.783¹⁵, que criou a escola, tinha boa relação com o governo provincial. No jogo político, o bom relacionamento com o poder faz diferença.

¹² Primeira da região a ter um edifício construído, exclusivamente, para ser um prédio escolar. Diferentemente do que ocorria com as demais, que funcionavam em casas dos professores ou alugadas, o Uberabense, com prédio imponente, representava o novo modelo escolar da República, ao contrário da velha escola imperial (Riccioppo Filho, 2007, pp. 152-153).

¹³ O Grupo Brasil nasceu público e permanece público.

¹⁴ A sede de um Círculo Literário ficava em local importante, possuindo um delegado responsável por inspecionar as escolas da circunscrição, abrangendo diversos municípios (Mourão, 1959, p. 11).

¹⁵ A Lei dizia, em seu artigo 1º: “É criada uma escola normal na cidade de Uberaba, destinada à preparação de pessoas que se destinarem ao magistério” (Sampaio, 1971, p. 381).

O PAPEL DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

No Brasil, mesmo com a descentralização realizada pelo Ato Adicional de 1834, prevaleceu a obrigatoriedade de licença para atuação docente. A Lei Geral do Ensino de 1827, em seu artigo 7º, estabeleceu que os pretendentes ao provimento das cadeiras do magistério serão examinados publicamente (Brasil, 1827). Em Minas, o Regulamento 28, de 1854, reforçou essa diretriz, dizendo que ninguém poderia ensinar “sem ter prestado exame” (Mourão, 1959, p. 111).

Em consonância com a legislação, a principal atribuição da Escola Normal de Uberaba foi formar e habilitar docentes. Contudo, as atas evidenciam a realização de provas de candidatos que pleiteavam outras funções, como a de Antonio Carlos de Araújo, que pleiteia ser escrivão do júri (APM, código IP 1-3, cx. 32). Encontramos exames de interessados em outros cargos, como tabelião e curador de órfãos. Tratava-se de provas para verificar o domínio de Português e Aritmética. No magistério, as atas mostram que a escola se constituiu polo que atendia o Triângulo, o Sul de Goiás e outras regiões mineiras. Os principais locais eram Araguari, Araxá, Bagagem, Desemboque, Frutal, Indianópolis, Monte Alegre, Patrocínio, Prata, Sacramento, Uberaba e Uberabinha¹⁶.

Quanto aos exames, o interessado deveria fazer a solicitação formal na secretaria escolar. Isto feito, a instituição estabelecia data, conteúdo e rito. O candidato era submetido a uma prova de proficiência perante o diretor e dois professores. Os conteúdos eram previamente anunciados e os temas sorteados. Os exames davam-se nas formas escrita e oral e, além de conhecimentos em áreas como Português, Aritmética, História e Geografia, exigia-se adequado comportamento moral. Findado o exame, a banca discutia e dava o veredito em conceitos de: ótimo, bom, sofrível ou ruim.

Esse era o procedimento padrão aos que pleiteavam licenciar-se na docência ou se matricular em normalistas. Tomemos os exemplos de Rita Magnanima Caleagno, Maria Alice Ferreira e José Baptista de Godoy, que, segundo as fontes, pretendiam matricular-se, ou de

Elisario Ribeiro de Vasconcellos e Antonio Augusto de Affonseca, inscriptos: o 1º para a Cadeira de instrucção primária, do 1º gráo, da Freguesia de Santa Maria do Monte Alegre, o 2º para igual Cadeira da Freguesia de Sant’Anna do Rio das Velhas, do Município da Bagagem, pelo dito Director foi ordenado aos Professores [...] que procedessem aos exames requeridos [...] responderão sobre a materia do ponto tirado a sorte (APM, código IP 157).

¹⁶ Desemboque é hoje distrito de Sacramento; Uberabinha é Uberlândia; Bagagem é Estrela do Sul.

Nota-se que, diferentemente de Rita Magnanima Caleagno, Maria Alice Ferreira e José Baptista de Godoy, os cidadãos Elisário Ribeiro e Antônio Augusto já atuavam na docência e buscavam a escola para fazer exames a fim de serem legitimados no ofício.

Selecionamos, nas atas de exames, um trecho ilustrando que, além de conteúdos científicos, cobravam-se qualidades morais e temas religiosos. Destarte, José Joaquim Cordeiro da Paixão foi avaliado em “geometria e desenho linear, arithimetica, gramatica portuguesa, instrução moral e religiosa, historia sagrada, geografia e história do Brasil” (APM, código IP 157, p. 20v). Ao lado de saberes científicos, exigiam-se conhecimentos relacionados à moral e à religião.

Os conteúdos religiosos eram de confissão católica, como ilustram o trecho do exame de Affonso Baptista Pinheiro: “que deu sua prova sobre o seguinte ponto: Explicação do Signal da Cruz” (APM, código IP, 157, p. 112v-113) e de Avelina Cândida Fernandes, que versou sobre “Creação do mundo: Os anjos. Adão e Eva. Magisterio da Redempção”. Na prova escrita, a aluna discorreu: “No principio do mundo creou Deus o céu e a Terra [...] e finalmente disse: façamos o homem a nossa imagem e semelhança [...] No septimo dia descansou” (APM, código IP 1.3, cx.31).

Destarte, durante o Império, a escola formou e habilitou candidatos ao magistério em conformidade com o *ethos* católico¹⁷. Contudo, o ensino religioso incomodava alguns docentes, levando José Rodrigues de Miranda Chaves, adepto do ensino laico¹⁸, a apresentar proposta para que a Congregação da escola, em conformidade com o Regulamento 100, representasse ao conselho Diretor da Instrução Pública sobre

a conveniencia da suppressão do ensino de instrucção religiosa nas Scholas Normaes d'esta Provincia [...] Posto [...] a votos, foi approvada; votaram a favor [...] Alexandre de Souza Barbosa, Doutor Saraiva Junior, Illidio Salathiel dos Santos, Randolpho Ribeiro e Miranda Chaves; votaram contra os Senhores Director Gabriel Orlando Teixeira Junqueira, Joaquim Thome dos Santos, Francelino Cardoso e D. Maria Luiza do Valle Rezende (APM, código IP 158, p. 71v-72).

¹⁷ A presença do ensino religioso relacionava-se ao Padroado, que, em conformidade com a Constituição de 1824, era uma das características estruturais do Estado brasileiro.

¹⁸ Os defensores do ensino laico embasam-se na premissa da imparcialidade do Estado ante toda denominação religiosa. No Brasil, a disseminação de ideias republicanas e positivistas fez com que aumentasse o questionamento da educação religiosa e, no final do século XIX, intensificou-se a luta por uma escola pública, laica, gratuita e científica (Leão, 2012, p. 606).

A proposta, feita na reunião da Congregação de 2/10/1888, um ano antes da Proclamação da República¹⁹, dividiu o corpo docente, mostrando que na instituição havia partidários da República. Alexandre Barbosa, Saraiva Júnior e Miranda Chaves, favoráveis à medida, foram aclamados membros da Junta Governativa de Uberaba depois de proclamada a República (Pontes, 1970, p. 424). Acreditamos que Illidio Salathiel e Randolpho Ribeiro também fossem republicanos, em razão do voto²⁰.

O *Gazeta de Uberaba* (1888, p. 2) dá notícia de que esses lentes²¹ foram taxados de “hereges”, “ímpios” e “professores sem consciencia e sem religião”. A edição deste dia dá luz ao embate entre as tendências dos favoráveis à laicização do ensino e dos defensores da religião. O exposto revela a presença do movimento republicano e de um currículo e cultura escolar em disputa²². Segundo Sacristán (2000, p. 17), o currículo “reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos”; ele é um elemento da cultura escolar e, no que diz respeito a ela, Julia (2001, p. 10) a define como coleção de normas que delimitam “conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Isto posto, nota-se na Escola Normal de Uberaba a emergência de valores republicanos, sua disseminação no interior da instituição e um movimento em prol da mudança no currículo e na cultura escolar.

Nota-se ainda que o debate, transcorrido em grandes centros, fazia-se presente no interior da principal instituição educativa do Triângulo, evidenciando estarem os republicanos de Uberaba sintonizados com bandeiras do movimento nacional e que, por trás desse debate, havia um embate entre dois modelos de cultura escolar, ou de ensino, um estatal e secular; e outro, ancorado na tradição católica, situação agudizada com a chegada das irmãs dominicanas e a fundação do Colégio Nossa Senhora das Dores, em 1885. As religiosas foram bem acolhidas pela elite uberabense, desejosa por educar suas filhas segundo a moral católica. A incursão das “dominicanas no setor educacional” não agradou “professores regularmente habilitados, que se sentiam prejudicados pela concorrência” (Riccioppo Filho, 2007, p. 148).

O fechamento da Escola Normal, em 1905, significou retrocesso no debate em prol do ensino laico. Em sentido diverso, o ensino confessional, representado pelo Colégio Nossa Senhora das Dores, foi marcado, desde seu início, pela expansão, notada na fala de Sampaio (1971, p. 132) que, ao referir-se à instrução, afirmou que

¹⁹ Não encontramos documento demonstrando que a representação foi enviada à Diretoria da Instrução. Deveria, já que se tratava de proposta aprovada pela Congregação, principal órgão colegiado da escola.

²⁰ As fontes revelam que a escola, enquanto instituição pública, foi local de debate entre ensino laico e ensino confessional, demonstrando que polêmicas manifestadas em centros maiores, como capitais, reverberaram no interior da Escola Normal, que, por ser pública, foi um ambiente de diversidade.

²¹ O termo “lentes” é equivalente ao termo “professores”.

²² Fruto de uma conjuntura histórica, ele “não pode ser entendido à margem do contexto no qual se configura, e tampouco independentemente das condições em que se desenvolve” (Sacristán, 2000, p. 107).

Uberaba possuía “colégio regido por Irmãs Dominicanas para instrução de meninas, ao qual o Governo Estadual concedeu a faculdade de escola normal, frequentada por cêrca de 300 alunas”. O memorialista traça um panorama da escolarização na cidade, deixando transparecer o abandono com as instituições públicas e a atenção dispensada pelas autoridades às instituições de ensino confessionais, como o Colégio Nossa Senhora das Dores, beneficiado por verbas públicas para acolher alunas “pobres”²³.

Gatti e Gatti Jr. (2020, p. 235) chamam a atenção para um fato relevante da educação mineira, no que diz respeito a “transferências de recursos públicos para a iniciativa privada por meio de subvenções, sobretudo de bolsas de estudo”; e Sousa (2021, p. 116) afirma que o fechamento da Escola Normal em Diamantina fortaleceu “a ação da Igreja Católica legitimando-a sob a educação feminina”, em um processo que se desdobrou por “toda Minas Gerais nesse período, demarcando o poder da Igreja frente ao poder do Estado, isto é, o público e o laico permeavam os contextos de disputas políticas e sociais bem como fomentava possíveis acordos”²⁴.

No que tange ao método de ensino da Escola Normal, as fontes revelaram a prática de um ensino de tipo tradicional, voltado ao decoro sem compreensão, sem raciocínio e para memorização de fórmulas e conteúdos, destoando das novas metodologias difundidas na Europa e EUA, denominadas de método intuitivo, e que já se faziam presentes no Brasil (Silva, 2017, p. 125). Elas também revelaram que, apesar do predomínio do ensino tradicional, ocorreram tentativas de aplicação do método intuitivo²⁵, posto que um relatório do inspetor Antônio Garcia Adjunto, dirigido ao secretário do interior, expõe a situação dos métodos²⁶.

O inspetor foi cáustico ao referir-se ao conhecimento dos professores de aula prática, usando para eles o termo “incompetencia”. Ele pontuou que muitos lentes estavam desatualizados e não aplicavam os métodos de ensino mais avançados nem os compreendiam. Antônio Garcia Adjunto (APM, código SI 677) afirma que

Deixei de assistir aos exames das outras carteiras porque coincidiram com os da Escola Normal que tive que dar preferência [...] Houve exame em todas as carteiras, excessão feita da sciencias physicas, naturaes e agricultura, regida pelo professor Dr. Hilidio

²³ Duvidamos da gratuidade, uma vez que, segundo Inácio Filho (2002, p. 55), as “referidas bolsistas deveriam prestar serviços domésticos às religiosas como forma de pagamento”.

²⁴ Sousa (2021, p. 117) sustenta a tese de que a instalação do bispado foi “o marco da modernidade em Diamantina” e que a instalação da Escola Normal esteve, em um primeiro momento, articulada aos “interesses dos três agentes diretores da cidade, isto é, o Estado, as elites dirigentes e a Igreja Católica”.

²⁵ O método intuitivo valoriza a observação, a análise, a interpretação e a compreensão das coisas para a formação humana (Silva, 2017, p. 123).

²⁶ Os inspetores ambulantes, nomeados pelo presidente do Estado, foram previstos na Reforma Afonso Pena (1892). Eles tinham incumbência de examinar livros de ponto, atas, número de matrículas e metodologia de ensino e produziram documentos importantes acerca da situação do ensino em Minas.

Salatíel Guaritá, pela recusa dos alunos que declararam não se julgarem preparados [...] A impressão que me causaram os exames foi que a Escola Normal [...] deixa muito a desejar. Há visto muitos professores na Escola que não comprehendem, nem applicão os actuaes methodos de ensino. O vicioso systema de decoro, sem comprehendêr, é ahi muito seguido, de tal modo que em sciencias de exclusivo raciocinio, como as mathematicas, o trabalho mental dos alumnos cifra-se em decorar as licções [...] Para este vicioso habito que acabo de me referir muito tem concorrido a incompetencia dos professores das aulas praticas, onde os alumnos somente cultivão a memoria (APM, código SI 677).

Nota-se que o ensino-aprendizagem deixava a desejar e tinha por base o “vicioso systema de decoro, sem comprehendêr”. O relatório trazia um alento, com elogios a alguns professores do ensino normal, como “Artiaga, Mamede, Saltão e Gasparino”, com mais ênfase para Alexandre Barbosa, professor de história e geografia, exceção em um cenário marcado pela prática da memorização sem reflexão. De acordo com a fonte, os alunos de Alexandre Barbosa saíram-se bem, com “provas oraes não discrepantes da escriptas”, revelando compreensão (APM, código SI 677). Segundo Araújo *et al.* (2008, p. 12), a “preocupação com a prática de ensino como elemento formativo dos futuros professores será mais evidente a partir do final do século XIX”. O documento supracitado, ao mesmo tempo que revela precariedade, indica a disseminação de uma metodologia de viés ativo no interior de Minas Gerais.

Uma importante atribuição da Escola Normal era sua escola primária anexa, que correspondia a um colégio de aplicação onde normalistas punham em prática o que aprendiam. A escola anexa atuava no letramento, com diferencial de ser melhor provida de recursos, se comparada às demais do gênero. Enquanto as escolas primárias tinham somente um professor, quando havia, a escola anexa era atendida pelos professores de aula prática, pelos normalistas e pelos lentes da Escola Normal, muitos deles com curso superior, diferencial que nem as escolas particulares tinham. Esse fator pesava na escolha de famílias de outras regiões, que buscavam melhores condições para seus filhos, posto que, ao terem de escolher entre localidade com escola anexa à Normal e outra sem, essas famílias ficavam com a primeira opção, e Uberaba era uma possibilidade.

Chegamos a essa dedução ao analisarmos a origem dos discentes da escola anexa, procedentes de mais de 30 localidades. Bagagem, Patrocínio e Monte Alegre foram as de maior incidência. Identificamos indivíduos vindos de Araxá, Batatais, Bambuí, Cabo Verde, Catalão, Franca, Mogi-Mirim, Muzambinho, Paracatu e Sorocaba (APM, código IP, 156). Chamaram atenção os nomes de Hildebrando Pontes, futuro memorialista de Uberaba, e Honório Guimarães, futuro educador em Uberabinha. A escola anexa recebeu filhos de migrantes e imigrantes, como árabes, espanhóis, portugueses e italianos (APM, código SI, 1092). Ex-alunos se projetaram ao ensino

superior, como o já citado Hildebrando Pontes e Fidélis Reis, formados no Instituto Zootécnico que, em breve existência, formou, no século XIX, engenheiros agrônomos em Uberaba (Machado, 2009, pp. 155-157).

Sobre os normalistas, destacamos o caso de Joaquim Fontoura, professor público em Monte Alegre que, por não ser habilitado, encontrava-se de licença para fazer o curso normal (APM, código SI 1084). Percebe-se que a licença para qualificação, uma bandeira de luta de muitos professores na atualidade, era realidade para alguns naquela época. Ocorre que nem todos os liberados aproveitaram a oportunidade, como no caso de Francisco de Magalhães, “licenciado pelo governo, afim de cursar essa escola [...] deixou elle de comparecer ás aulas” (APM, código SI 4.2, cx.63).

Embora houvesse procura e demanda, a escola sofreu com o baixo número de normalistas e com evasão de parte dos que se matricularam, como no exposto acima. Os normalistas eram 14 em 1882 e 22 em 1883, e, se o número deles era baixo, situação diversa acontecia na escola anexa, procurada por inúmeros candidatos; em 1882 foram 96 matrículas e, em 1883, 173 (Sampaio, 1971, p. 387). O baixo número de formandos é uma sina que marca a formação de professores no Brasil desde os tempos mais remotos. Segundo Tanuri (2000, p. 64), a primeira escola normal do Brasil, de duração efêmera, inaugurada em 1835 e suprimida em 1849, formou “em 1840, após quatro anos de funcionamento [...] apenas 14 alunos, dos quais 11 se dedicaram ao magistério”. Todavia, eram instituições que formavam e licenciaram educadores e, no caso da Escola Normal de Uberaba, ela os formava para atuarem na região do Triângulo. Destacamos Fernando de Araújo Vaz de Mello Júnior, professor em Sacramento; Honório Guimarães, em Uberabinha; Olympio Carlos dos Santos, em Patrocínio; Maria Christina da Costa, no Prata; e tantos outros que optamos por não registrar, atestando que a escola colaborou, inequivocamente, para alargar a oferta de mão de obra docente especializada e profissionalização do trabalho docente no Triângulo e em outras regiões, conforme já apontamos.

O professor e ex-aluno Olympio Carlos dos Santos enviou à direção da Escola Normal, em 11/10/1891, uma carta reconhecendo e agradecendo os benefícios que colhera naquele estabelecimento de instrução “recomendavel” e, não podendo por outros meios expressar seu profundo reconhecimento de gratidão e dever para tão ilustre corpo docente, vinha “respeitosamente offerecer-lhes, como mimo da amizade, uma modesta photographia da Escola” sob sua direção. Olympio Carlos diz que a matrícula, em sua escola, “tem sido sempre avultada e actualmente”; eram 62 alunos (APM, código IP 2.1 cx. 05, pc. 2), confirmando que, ao formar professores, a escola cumpriu o importante papel de profissionalização do magistério e de ampliar o letramento.

Outro relevante atributo da instituição foi seu caráter público, mantendo suas portas abertas a estudantes de grupos diversos, como as alunas Anna Rosa Luiz e Sabina Margarida de Jesus, provenientes do aldeamento de Sant’Ana, hoje Indianópolis (APM,

código IP 156). Foi normalista Joaquim Roberto, nascido de mãe escravizada e liberto por seu proprietário, Antônio Borges Sampaio, antes da Lei do Ventre Livre. Ele recebeu o diploma e o anel do curso da Escola Normal e foi nomeado professor público da cadeira de instrução primária de Uberabinha (Sampaio, 1971, p. 228).

As fontes atestam o regime de coeducação, uma vez que mulheres e homens procuraram a escola para obter matrícula ou licença, indicando mudança de costumes e acentuação da docência feminina. No caso das normalistas, o ensino conjugado gerou desconfiança e desconforto em parte da elite local, que não desejava ver suas filhas em companhia de meninos. A coeducação “nos cursos normais criados no século XIX” sofreu resistência “na maioria das províncias” (Araújo *et al.*, 2008, p. 12). Em Uberaba, os números atestam isso, ao revelarem decréscimo da Escola Normal pública e crescimento de sua concorrente particular, a Escola Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores, que atendia com exclusividade o público feminino (Sampaio, 1971, p. 132; Moura, 2002, p. 13). Segundo Arruda (2013, p. 164), situação semelhante ocorreu em São João del Rei, onde o fechamento da Escola Normal está relacionado a uma concorrência instaurada na cidade, em 1898, quando freiras vicentinas fundaram “o Colégio de Nossa Senhora das Dores (CNSD), uma instituição confessional, de cunho religioso, voltado para a formação de professoras primárias”.

Sobre a expansão do magistério feminino, Tanuri (2000, p. 66) pontua que “era a única profissão” que permitia conciliar as “funções domésticas da mulher, tradicionalmente cultivadas [...] com o movimento em favor de sua ilustração”, iniciado nos anos de 1870. Ademais, à docência feminina “apresentava-se como solução para o problema de mão-de-obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração”. Nesse sentido, o contexto local e nacional era o de expansão do trabalho docente feminino, impulsionado pelo pensamento republicano e positivista, embasado na crença de que a mulher representava a virtude da moralização social. Ocorre que, sobretudo no interior, o ideal positivista amalgamou-se ao conservadorismo patriarcal. Nesse paradoxo, a Escola Normal estatal e laica não vingou, e a questão foi equacionada pelo Colégio Nossa Senhora das Dores, subsidiado e especializado na educação feminina. À alegada falta de verba para o fechamento da escola, que veremos na próxima seção, devemos acrescentar o conservadorismo em relação à coeducação e a chegada de uma escola confessional, posto que o movimento de matrícula de normalistas em Uberaba mostrava a seguinte dinâmica: decaía no ensino público e ampliava-se no concorrente católico e subsidiado.

ESTRUTURA PEDAGÓGICA, PRECARIIDADES E FECHAMENTO

Pela ocasião da instalação da Escola Normal, as fontes evidenciam que a elite uberabense estava conectada com ideias vinculadas ao *ethos* liberal da modernidade em circulação na Europa e nos grandes centros do Império, corroborando a afirmação de Tanuri (2000, p. 66), que pontua a generalização da crença na educação, no final do século XIX, “entre os homens de diferentes partidos e posições ideológicas”; situação também notada em Sousa (2021), com relação à Escola Normal de Diamantina, e Pedruzzi (2016), referente à Escola Normal de Ouro Preto. Em Uberaba, o discurso de Antônio Borges Sampaio assinalou que o ato

marcará na história da cidade de Uberaba, com letras indeleveis, o dia 15 de julho de 1882, uma das suas eras notáveis; atestando aos vindouros o progresso material, mostrar-lhes-á que também marcha no desenvolvimento do intelectual [...] Felicito os uberabenses [...] pela fundação e instalação deste tão interessante quão útil estabelecimento litterário, e pelo illustrado pessoal que o vai dirigir e reger (APM, código IP 1.3, cx.32).

O entusiasmo é nítido, posto que o orador colocou o feito entre os grandes da história de Uberaba, associando-o ao progresso, à intelectualidade e à ilustração, tomados como elementos singulares da modernidade e da escolarização. Em um tom que evidencia que uma instituição escolar é um espaço de poder e representação, Sampaio agradece ao presidente da província, Theophilo Ottoni; ao diretor, o major Joaquim José de Oliveira Penna, pelos esforços empregados; elogiou o corpo docente, “reconhecidamente habilitado”, e disse-lhes que “nenhum professor ou professora, vá deste estabelecimento sem se achar em estado de dar e dirigir o ensino primário” (APM, código IP 1.3, cx.32). Dar e dirigir equivale a alfabetizar, assumindo cadeiras públicas e/ou administrando escolas particulares. Ao compararmos a instalação da Escola Normal de Uberaba com a reinstalação da Escola Normal da capital²⁷, ocorrida anos antes, em 1872, notamos que ambos os eventos foram rodeados de prestígio, com presenças das bandas de música local e de muitas autoridades. Em Ouro Preto,

o futuro professor da 1ª cadeira do instituto normal, o bacharel Sr. Dr. João Joaquim da Fonseca d’Albuquerque, proferiu um longo e entusiasmado discurso sobre os benefícios do estabelecimento da Escola. Este afirmava, entre outras coisas, que abrir-se-ia, a partir

²⁷ Ouro Preto foi a capital de Minas Gerais até 1897, ano em que Belo Horizonte tornou-se a nova capital.

daquela data, uma nova era para a instrução pública na província (Pedruzzi, 2016, p. 82).

Nota-se que se tratava de instituições reconhecidas como relevantes e notáveis no processo educacional. No caso da instituição uberabense, sua instalação foi um feito do Partido Liberal, reconhecido criticamente pelo *Gazeta de Uberaba*, jornal ligado ao Partido Conservador e de oposição aos liberais. O periódico disse se tratar de uma instituição que “nobilita e exalta” o “modesto sobradinho, acanhado, rachitico”, onde funcionava (Gazeta de Uberaba, 1883, p. 1). Os conservadores reconheciam o feito e ironizavam as instalações! Infelizmente, não encontramos as edições do *Monitor Uberabense*, ligado aos liberais, que possivelmente enalteceu o feito²⁸.

O *Gazeta* caracterizou o edifício onde a escola iniciou suas atividades como “acanhado” e “raquítico”. Atas da Congregação e da Câmara Municipal de Uberaba demonstraram essa e outras precariedades. Na reunião da Congregação de 07/05/1884, com a finalidade de apresentar e discutir o projeto orçamentário da escola, nota-se a primeira discussão sobre a necessidade de um edifício próprio, visto ser o prédio em que a instituição se encontrava, de acanhadas proporções. O objetivo da reunião era discutir o levantamento e apontamento orçamentário, a pedido do governo, para que se organizasse uma lista das despesas anuais e aquisições. Os professores Joaquim Antônio Gomes da Silva e Joaquim Rodrigues Cordeiro, indicados para a tarefa, apresentaram duas listas de itens, uma das despesas com a secretaria e outra da mobília e objetos pedagógicos que

á primeira vista, parecera exagerada a despesa de 2:500\$ reis com a mobilia, porém, essa suposição desaparecerá desde que se saiba que áquella Escola quase nada possui utilizando se, até hoje, dos moveis alheios encontrados na casa, os quaes por sua fôrma triangular, são improprios para fins que não os da Officina mecanica, a quem elles pertencem (APM, código IP 157, p. 56).

Os lentes prosseguem apontando a necessidade de seis mesas para professores, 60 cadeiras, 11 mesas-bancos, 3 estrados, estante, piano, relógio de parede, compasso, mapas do mundo e da província de Minas, globo, tábua negra, planetário de manivela, globo de horas, campainha, tinteiros, potes de tinta, caixa de envelopes, caixa de penas e vassouras, num total de 45 itens (APM, código IP 157, pp. 56v-57v).

²⁸ No período monárquico existiam dois partidos políticos: o Liberal e o Conservador. No que tange à participação política, apenas “entre 1% e 3% do povo” era incluído na “dita vontade nacional, índice não alterado substancialmente na República”, em seus primeiros quarenta anos. Era um parlamentarismo “sem povo” e com partidos fundados nas camadas dominantes, com o intuito de controlar “instrumentos de aliciar, manipular e coagir o eleitorado e não de traduzir-lhes os interesses” (Faoro, 1987, p. 323).

Nota-se que, passados dois anos de atividades, a escola funcionava em um sobradinho raquítico, de acanhadas proporções, quase nada possuía, usava móveis impróprios, alheios à atividade pedagógica e improvisados de uma oficina²⁹. Faltavam itens básicos ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizado, como mesas, cadeiras, globo, mapas e compasso, o que nos permite afirmar que, no início, essa dinâmica deu-se em precárias condições.

Segundo Tanuri (2000, p. 65), a infraestrutura das escolas normais, “tanto no que se refere ao prédio, como a instalação e equipamento, é objeto de constantes críticas nos documentos”, situação esboçada por Sousa (2021, p. 137), com relação às escolas normais mineiras existentes “entre o final do século XIX e início do XX”, destacando o caso da Escola Normal de Diamantina. Quanto à Escola Normal de Juiz de Fora, Ferreira (2013, pp. 41-53) ilustra fato semelhante. Isto posto, considerando a Escola Normal de Uberaba e as pesquisas acerca da formação de professores em Minas Gerais e no Brasil, na época elencada, podemos afirmar que as condições eram precárias.

O primeiro quadro funcional foi posto em dúvida pelo *Gazeta* no dia seguinte à inauguração; o periódico ironizou as habilidades de parte dos lentes dizendo que

para os lugares de professores e demais empregos, foram nomeados: Director, o Major Joaquim José de Oliveira Penna, igualmente nomeado inspector do 21º circulo litterario, em substituição do Dr. Illidio Salathiel Guarita. Professor de instrucção moral e religiosa, pedagogia e historia sagrada, o Dr. Thomaz Pimentel de Ulhôa. Dito de portuguez, Joaquim Antonio Gomes da Silva.!!!!!! Dito de arithmetica, Illidio Salathiel dos Santos. Dito de geometria e desenho linear, Rufino José de Oliveira Pena.!!!!!! Dito de historia e geographia do Brasil o Dr. Illidio Salathiel Guarita. Dito de aula pratica respectiva, Joaquim Rodrigues Cordeiro. Porteiro-continuo, Antonio Vicente da Silveira (Gazeta de Uberaba, 1882, p. 2).

Os pontos de exclamação após os nomes de Joaquim Antônio Gomes e Rufino José de Oliveira Pena representam descrédito e, no geral, desconfiança diante do loteamento dos cargos entre membros do Partido Liberal³⁰. Além do diretor, pelo menos quatro professores, dos seis citados, eram da legenda. São eles: Thomaz Pimentel de Ulhôa, Joaquim Antônio Gomes, Rufino José de Oliveira Pena e Illídio

²⁹ Sousa (2021, p. 241) registra situação semelhante, posto que “verifica-se através das fontes que o diretor da Escola Normal de Diamantina, Joaquim José Pedro Lessa, fazia reclamações constantes ao governo sobre a situação da instituição educativa”, apontando “a falta de mobília, a precariedade das instalações do prédio” dentre outras.

³⁰ Arruda (2013, pp. 157-158) aponta uma questão parecida, ocorrida na Escola Normal de São João del Rei, ou seja, “do formato das indicações, da competência e do acúmulo das funções dos professores”, citando o professor Antonio Rodrigues de Melo como beneficiado.

Salathiel Guaritá. Posteriormente os cargos passaram a ser providos por concurso, e foi assim que Alexandre Barbosa e Antônio Pereira de Artiaga ingressaram. As fontes indicam que a Escola Normal contou com professores gabaritados em sua estrutura pedagógica, como juristas, padres, jornalistas e médicos.

Os livros de ponto revelaram informações importantes. O primeiro, abrangendo de 1882 a 1889, evidenciou que, no início, somente os lentes assinavam, fato modificado com o tempo, dado que outros funcionários passaram a assinar. As aulas iniciavam em agosto e o cotidiano escolar foi marcado por faltas e volatilidade docente, grupo que, em junho de 1884, sofreu brusca diminuição. Neste ano, poucos professores tiveram presença regular. Ocorreram casos de abandono da função, como o do professor de música João Baptista Spiridião Rodrigues, que, sob a acusação de ter abandonado o cargo, foi suspenso (APM, IP 1-3, cx. 32, doc. 20). O substituto, Franklin Augusto de Almeida, não assumiu, e a cadeira foi ocupada, interinamente, por Joaquim Thomé dos Santos (A União, 1887, p. 2). George Chiré e Maria Rita de Magalhães também abandonaram (Minas Geraes, 1892, p. 292). Ao prédio precário e à inconsistência do material pedagógico somam-se faltas, volatilidade e abandono de função. Essa situação contribuiu para que o número de normalistas diminuísse de 41 para 10, entre 1884 e 1886 (APM, código SI 1084)³¹.

O exame dos pontos permitiu perceber chegadas e saídas. Muitos vieram de fora, denotando a atração de interessados em ocupar cargos públicos. Foi o caso de Alexandre Barbosa, Antônio Pereira de Artiaga, Paulo Frederico Barthes, George Chiré, Atanásio Saltão, Militino Pinto de Carvalho e Artur Lobo.

No topo da hierarquia da estrutura pedagógica estava o diretor. Sua nomeação era de competência do governo, e não era necessário ser professor para exercer a função, vide os casos de Joaquim José de Oliveira Penna e Borges Sampaio. O advento da República abriu espaço para que o grupo decidisse quem exerceria a tarefa, posto que um ofício endereçado à Inspeção Geral do Ensino noticiava a eleição de Illídio Salathiel Guaritá para o cargo de diretor, escolhido pelo voto dos professores.

Outro componente importante da estrutura pedagógica era a Congregação, conselho de professores presidido pelo diretor. Com atribuições deliberativas, seus membros possuíam voz ativa na organização orçamentária e na formulação de pareceres; definiam exames, horário de aulas e deliberavam sobre a vida acadêmica. A ela competia escolher compêndios e livros, conferir prêmios e menções honrosas aos estudantes e zelar pelo bem do estabelecimento, não só quanto à ordem, mas quanto aos melhoramentos (APM, s.d., Regulamento n. 100, art. 34).

Identificamos dois momentos de entusiasmo na trajetória da escola. O primeiro na ocasião da instalação, já registrado; e o segundo no início da República,

³¹ O reduzido número de estudantes foi identificado em outras investigações. Pedruzzi (2016, p. 93) afirma que, de 1876 até 1878, apenas 13 diplomas advindos de formados no curso normal de Ouro Preto foram registrados [...] 1 no ano de 1876, 5 em 1877 e 7 em 1878"; em 1879 este número aumentou para 18.

materializado na Reforma Afonso Pena (1892), que instituiu novo currículo e direcionou recursos ao ensino, na lógica do entusiasmo e otimismo pela escolarização (Mourão, 1962, pp. 24-30; Nagle, 1976, p. 189)³². Foi quando ocorreu uma mudança de endereço, passando a escola a situar-se em outro local. O prédio seguia alugado e fora construído para outros fins.

No que tange à localização, temos a hipótese de que a Escola Normal funcionou em quatro lugares distintos, três deles comprovados nas fontes. O primeiro, já caracterizado, foi um edifício emprestado por Joaquim José de Oliveira Pena. Nele, a instituição funcionou por aproximadamente cinco anos, até 1887. De forma imprecisa, as fontes apontam que esse sobrado pode ter abrigado a escola até 1894, perfazendo 12 anos, e não cinco. Ainda com imprecisão, as fontes sugerem que a escola talvez tenha funcionado em outro local, entre 1887 e 1894. Nossa afirmação é embasada em um requerimento do vereador Antero Rocha, representado pela Câmara junto ao governo de Minas, solicitando, na sessão ordinária de 15/03/1892, a construção ou aquisição de um prédio para a Escola Normal, dado que o edifício onde ela estava achava-se em “estado de ruína” (APU, 1892, p. 96v-97v).

Desse modo, caso tenha mudado de endereço, após 1887, tratava-se de um edifício também precário. Em resposta quanto à compra ou edificação, o governo do Estado alegou “não haver verba” (APU, 1892, p. 105-105v). Três anos depois do frustrado intento de Antero Rocha, e em situação inusitada, os professores adquiriram um imóvel, e a escola passou a funcionar em novo local. Um ofício solicitando dispensa tributária endereçado à Câmara, pelo diretor Antônio Pereira de Artiaga, referente à compra de um prédio pela Congregação, diz que foi apresentado

requerimento do diretor [...] pedindo dispensa da ciza sobre a compra de um predio feito pela Congregação da mesma Escola, para nele funcionar aquele estabelecimento de instrução, fundamentando o seu pedido em terem feito esta compra particular em beneficio da instrução publica, visto não encontrar para o lugar, um predio com acomodações apropriadas para esse fim. Posto em discussão depois de muitas ponderações pelos vereadores presentes foi deliberado que fosse deferido (APU, 1895, p. 183-183v).

A aquisição, mesmo que em razão da instrução pública, foi realizada por particulares e, além de inusitada e carregada de voluntarismo, em que professores adquiriram imóvel para abrigar a Escola Normal, percebe-se a negligência do governo estadual, responsável pela instituição. Destarte, em Minas Gerais, os resultados das investigações sobre a formação docente, no final do século XIX, apontam para a

³² Nagle (1976, p. 189) afirma que o entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico foram dois traços do padrão de pensamento educacional da década de 1920; contudo, ocorreram iniciativas e reformas, no início da República, que já traziam essas marcas, como a Reforma Afonso Pena.

utilização de locais precários e que não haviam sido construídos para fins pedagógicos, conforme demonstra Oliveira (2011, p. 47), em um quadro que registra as escolas normais mineiras instaladas entre 1871 e 1884.

Sobre a Escola Normal de Ouro Preto, Pedruzzi (2016, p. 107) afirma que “a reclamação por um prédio próprio” era recorrente nas atas da congregação. Ferreira (2013, pp. 36-37), em relação à Escola Normal de Juiz de Fora, afirma que, embora sua criação tenha sido em 1881, a instalação só se efetivou em 1894, e, no entendimento desta pesquisadora, “a escola normal, não foi instalada devido à falta de prédio para seu funcionamento”³³. Em São João del Rei, a Escola Normal funcionou em local alugado e enfrentou situações de mudança (Fonseca, 2013, p. 24).

No caso da Escola Normal de Uberaba, passados 13 anos de instalada, persistia a preocupação com o aluguel, a falta de edifício próprio e a dependência da boa vontade de terceiros, como Joaquim de Oliveira Pena nos primórdios e, agora, a Congregação. A principal liderança desse momento foi Antônio Pereira de Artiaga, cuja gestão coincidiu com a Reforma Afonso Pena. Atento a novos métodos, Artiaga instituiu premiação aos estudantes, que tiveram nomes registrados em anais (APM, código SI 2.4, 1092), e organizou livros identificando o mobiliário e as visitas que a escola recebeu. O ponto e as atas ganharam melhor atenção. A estrutura física passou por melhoramentos com a aquisição de gabinetes e laboratórios e a organização e ampliação de uma biblioteca, que foi uma das maiores da cidade

com mais de mil volumes. Esta biblioteca, que se desfaleceu de quase a metade, no fechamento da Escola, em 1905, foi cedida pelo Secretário do Interior do Estado de Minas, ao nascente Grêmio Literário Bernardo Guimarães (Pontes, 1970, p. 405).

Os esforços por melhorias na biblioteca, a partir de 1895, início da gestão Artiaga, são evidenciados nas fontes, como a ata da Congregação de 18/04/1895, em que se discutiu onde gastar 308\$300. Dentre as propostas, venceu a de Alexandre Barbosa, “que opinou se comprassem livros para a biblioteca pedagogica”. Formou-se uma comissão, composta por “Antonio Mamede de Oliveira Coutinho, Alexandre de Souza Barbosa e Joaquim Dias Soares para organizar a lista das obras” (APM, código SI 2.4, p. 7-8). Identificamos outros melhoramentos, como a construção de um pavilhão para “aula de gymnastica” (APM, código SI 4.2, cx.63, pc.29) e aquisição de equipamentos para as aulas de “sciencias physicas e naturaes” (APM, código SI 4.2,

³³ Nossas leituras nos permitem afirmar que, no quadro geral das escolas normais mineiras do final do século XIX, duas situações sobressaíram-se, no sentido de evidenciarem uma posição mais favorável em termos de edifício. A Escola Normal de Juiz de Fora, que passou a funcionar em um prédio com condições adequadas para o fim da educação, isso após dez anos de ter sido instalada (Ferreira, 2013, p. 42), e a Escola Normal de Ouro Preto, para a qual, no final do Império, foi iniciada a construção de um prédio (Pedruzzi, 2016, pp. 113-115).

cx.63, pc.29). O imprevisto e as precariedades iniciais iam sendo superados por investimentos e empenho dos professores.

O fim da gestão Artiaga³⁴ coincide com o início de novo ciclo de crise, incluindo outro deslocamento em 1903, posto que um ofício da Secretaria do Interior indicava a assinatura de contrato de nova casa. O documento recomendava providências

sobre a celebração de contracto de casa para funcionamento d'essa Escola [...] devendo essa directoria para isso ter em vista as seguintes bases: Não exceder o prazo de duração do contracto de 31 de dezembro; ficar salvo ao governo o direito de rescindir-o quando julgar conveniente; isentar o mesmo governo da responsabilidade dos consertos e reparos do predio quando forem elles reclamados (APM, código SI 4.2, cx.64, pc.28).

Passadas mais de duas décadas, a instituição convivia com dissabores relacionados ao deslocamento, inexistência de local próprio e funcionamento em edifícios construídos para fins não educacionais. As disputas políticas permaneceram e, se na Monarquia giraram em torno de interesses de conservadores e liberais, na República foi entre os grupos no poder do Estado. Pontes (1970, pp. 138-139) afirma que Militino Pinto de Carvalho, diretor, em 1900, e em uma

eleição de deputados à câmara mineira. No dia de véspera do pleito, estranhando os mesários que as portas do estabelecimento não se abrissem para a instalação das mesas e procurando saber o motivo, foram informados, pelo diretor da Escola, que as chaves do prédio se perderam [...] No dia seguinte, ainda perdidas as chaves, os mesários instalaram as três secções em mesinhas colocadas nos mesmos lugares em que o haviam sido na véspera e aí procederam à eleição (Pontes, 1970, pp. 138-139).

Para entender a ação nada republicana de Militino Pinto de Carvalho, ocorrida no cenário local, lançamos mão da reflexão de Nosella e Buffa (1996, p. 103), para os quais a “República instaurada entre nós foi uma República mutilada, pois excluiu, da cidadania, o trabalhador”. Esses dois pesquisadores, que analisaram a Escola Normal de São Carlos, no início do Novo Regime, afirmam que entre nós

a República não significou uma ruptura social, uma vez que seus cidadãos plenos eram os próprios senhores do Império. O Estado

³⁴ Essa gestão terminou de forma trágica em 10/07/1897, posto que o diretor Antonio Pereira de Artiaga foi assassinado a tiros, dentro da Escola Normal, pelo professor Artur Lobo. As fontes evidenciam que havia forte rivalidade entre eles.

brasileiro, ao tornar-se República, continuou sendo governado pelos mesmos donos do poder. Afinal, os políticos da república eram os filhos e netos dos “nobres” cafeicultores. A elite brasileira sempre soube reconhecer a importância do Estado e apropriar-se privativamente da res-pública, como fez, por exemplo, com grandes escolas públicas. Trata-se de uma “lógica” perversa e de um estigma que marcam o Brasil [...] O caminho aqui foi o inverso do liberalismo clássico (sobretudo americano) para o qual, na origem e na base do Estado, situam-se os indivíduos com suas iniciativas produtivas e posses. Aqui, primeiramente, chegou o Estado Português, dono de tudo, demiurgo dos indivíduos que, pela via político-militar, tornavam-se proprietários.

No que tange à educação, Tanuri (2000, p. 67) afirma que o Novo Regime “não trouxe alterações significativas para a instrução pública, nem inaugurou uma nova corrente de idéias educacionais”. No caso uberabense, nota-se a instrumentalização da Escola Normal para atender aos interesses de setores da elite local vinculados ao poder estadual, posto que, enquanto sede de seções eleitorais, a escola foi utilizada para fins politiqueiros. Militino de Carvalho, ligado ao governo estadual de Silviano Brandão, trancou as portas com a finalidade de evitar o triunfo do Partido Lavourista, de oposição (Pontes, 1970, p. 138). Mudou o regime, permaneceram as práticas, em novos tempos que não trouxeram o voto liberto, mas senhores violentos que submeteram uma sociedade passiva e subjugada ao compadrio, favor e bacamarte. O cabresto foi alargado, e os partidos amoldaram-se à nova realidade (Faoro, 1987, p. 386).

O ensino continuava a ser campo de discursos entusiasmados e pouca ação efetiva. O Novo Regime realizou a proposta liberal da separação Estado/Igreja, mas, na prática, o ideal liberal de universalização da educação elementar, de inclusão do povo nos ritos democráticos e cívicos e de ensino laico seguia em condições *sui generis*. Mantiveram-se a descentralização realizada em 1834 e os subsídios às escolas confessionais, e a universalização do ensino elementar seguiu negligenciada.

Em novo contexto, marcado por antigas práticas, a Escola Normal teve suas atividades suspensas em 1901 e definitivamente encerradas em 1905, em um dos piores anos da história da educação uberabense, dado que a falta de dinheiro levou a Câmara a suprimir todas as escolas municipais (Pontes, 1970, p. 143). A notícia da suspensão das atividades da Escola Normal para o ano de 1901 foi tratada com ironia pela imprensa. O *Gazeta* noticiou o fato afirmando que o ato de fechar uma escola sem abrir outra só se compreenderia “no pedreiro cabeçudo que chamado para consertar uma casa ainda em bom estado, julgasse mais acertado demolil-a, embora sem tratar de construir uma nova para abrigo dos moradores” (*Gazeta de Uberaba*, 1900, p. 1). Sousa (2021, p. 251) mostra que a política do estado de Minas para as Escolas Normais, neste período, caminhou para o sucateamento, posto que “a falta de verba” e precariedades contribuíram para “o desmonte do ensino normal público” iniciado em 1901.

O ato final deu-se em 1905, quando o governo estadual, alegando razões econômicas, suprimiu as escolas normais públicas, fato noticiado pelo *Gazeta*:

O sr. dr. Francisco Salles, Presidente do Estado, assignou e já está publicando o decreto aprovado as instrucções para a execução da lei 395, de 23 de Dezembro de 1904, na parte referente á suspensão das Escolas Normaes custeadas pelos cofres do Estado. Os professores e inspectores de alumnos dos referidos estabelecimentos ficarão em disponibilidade, precebemdo metade dos vencimentos. Os directores e secretários das escolas suspensas ficam, por enquanto, mantidos nesses cargos, com algumas attribuições relativas aos ultimos exames (*Gazeta de Uberaba*, 1905b, p. 2).

O governo mineiro declarou não ter condições de “manter os alugueis” e determinou aos diretores a mudança dos arquivos e materiais “para commodos reservados dos edificios em que funccionem as camaras municipaes”, recomendando-lhes que fosse enviado “a Secretaria Interior um inventario detalhado de tudo”, logo que fosse feita a mudança (*Gazeta de Uberaba*, 1905a, p. 2).

As pesquisas sobre as escolas normais mineiras do período “salientam que a falta de investimento, de pessoal qualificado, funcionamento precário, incipiência dos resultados, entre outros fatores, foram marcas destes estabelecimentos”, tornando-se justificativa para o fechamento deles em 1905 (Sousa, 2021, p. 52)³⁵. Após serem fechadas as escolas normais públicas, as instituições normalistas ligadas à Igreja foram equiparadas a elas e, nesse sentido, Sousa (2021) defende que transferir a formação de professores para a iniciativa privada e, na sequência, promover o estabelecimento

dos Grupos Escolares, fato desencadeado em 1906, corroborava para o projeto de modernidade vigente em Minas Gerais nesse período, uma vez que a existência dessas duas [modalidades formativas] permitiam organizar e sistematizar tanto o ensino primário como o normal, vislumbrando equacionar os problemas com a instrução pública (Sousa, 2021, p. 231).

Fechada em 1905, a Escola Normal de Uberaba existiu por 23 anos. Seu fechamento reforçou a sina de intermitência que marcou suas congêneres no período imperial e, agora, na República, evidenciando a permanência da insensibilidade das

³⁵ Em Juiz de Fora, “houve uma mobilização dos professores e da população local” para que a Escola Normal não fosse fechada (Ferreira, 2013, p. 33).

elites quanto à ideia de formar normalistas para atuarem no ensino elementar e, assim, promover a universalização da educação primária.

Em clara situação de transferência do público para o privado, o governo autorizou, mediante ofício de 26/11/1905, a doação dos espólios da Escola Normal para o Ginásio Uberabense, onde atualmente está o Colégio Marista Diocesano. O Uberabense recebeu “os gabinetes e laboratorios de physica e chimica, biblioteca e mais material escolar” (APM, código SI 4.2, cx.64, pc.42). A transferência de bens públicos para a iniciativa privada é outra das características do liberalismo brasileiro. De acordo com Pontes (1970, p. 405), a biblioteca voltou a ser um bem público, posto que foi doada ao Grêmio Literário Bernardo Guimarães, que teve suas obras herdadas pela atual Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães, cujo acervo é de, aproximadamente, 86,5 mil exemplares. Os mais antigos, certamente, provenientes da extinta Escola Normal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o modelo de instituição de formação docente que originou a Escola Normal brasileira foi francês e que elas eram *locus* de transmissão de um saber técnico e normatizado, modalidade fortalecida no Brasil, no final do século XIX. Além disso, em ato associado ao progresso e ao desenvolvimento intelectual, instalou-se em Uberaba uma das oito instituições do gênero criadas pelo governo mineiro no interior da Província. Tratava-se da cidade de maior desenvolvimento do Triângulo e que se transformou em polo de formação e certificação de professores, evidenciando a expansão do modelo para além das capitais e o fato de que a elite uberabense estava conectada com ideias liberais circulantes na Europa e em grandes centros do Império.

Em resposta à indagação acerca das atribuições da escola, demonstramos que ela cumpriu o papel de formar e licenciar indivíduos para o magistério, habilitando também interessados em outras funções públicas. Destacamos o fazer da escola anexa, espécie de laboratório pedagógico de normalistas e professores, que atendeu centenas de crianças, muitas delas vindas de mais de 30 localidades, e projetou estudantes ao ensino superior. Enquanto instituição pública, a Escola Normal manteve suas portas abertas para discentes de diversos grupos, dentre eles, alunas provenientes de um aldeamento e Joaquim Roberto, filho de uma escravizada. Nesse sentido, nos apropriamos das palavras de Nosella e Buffa (1996, p. 8) para afirmar que a “escola normal permanece uma referência fundamental para os educadores brasileiros”, e lembrar dela é “referir-se a uma instituição séria, competente e, em parte, vitoriosa; é valorizar o ensino básico, público e de qualidade, para todos”. A Escola Normal de Uberaba cumpriu seu papel, apesar de ter sua trajetória permeada por precariedades, disputas políticas e ter sido aparelhada pelos liberais, durante o Império, e instrumentalizada por governistas, na República.

No que tange ao currículo, expusemos que no período imperial, além de conteúdos científicos, cobravam-se qualidades morais e temas religiosos. Concluímos que, nessa época, a escola formou e habilitou candidatos ao magistério no *ethos* católico, situação que levou professores adeptos do ensino laico a protestarem, o que evidenciou a presença do movimento republicano no âmbito da Escola Normal. Identificamos que, no ensino-aprendizado ocorreram tentativas de aplicação do método intuitivo; contudo, predominou a forma tradicional, voltada à memorização. O fato de a instituição funcionar em regime de coeducação gerou desconfiança e, em um momento de crescimento do magistério feminino, a Escola Normal estatal e laica foi fechada, e a formação de normalistas, em Uberaba, passou a ser exclusividade do Colégio Nossa Senhora das Dores, subsidiado e especializado na educação feminina. No embate entre educação privada confessional e escola pública laica, o fechamento da Escola Normal, em 1905, significou a vitória do modelo privado e confessional, que realizava uma formação de viés católico e direcionada ao público feminino. Notamos, em sintonia com outros pesquisadores, que esse movimento marcou o ensino normal em Minas Gerais no período analisado.

A pesquisa foi reveladora ao responder à questão sobre as condições de existência da Escola Normal e sua estrutura organizacional, formada pelo diretor, a Congregação de professores, um amanuense e um porteiro. Verificou-se que indivíduos de fora foram atraídos para atuarem como docentes, dentre eles, Alexandre Barbosa, Antônio Pereira de Artiaga e George Chireé. Identificamos dois momentos de euforia em sua história. Na ocasião da instalação e durante a gestão Antonio Pereira de Artiaga, que coincidiu com a Reforma Afonso Pena. Nesse momento, a estrutura física passou por melhoramentos. Destacamos a aquisição de gabinetes, laboratórios, organização da biblioteca e construção de pavilhão para aulas de ginástica. O fim da gestão Artiaga assinalou o início de novo ciclo de crise.

Em seus 23 anos de existência, a escola sofreu com desconfiança e precariedades diversas, como falta de local próprio e adequado aos fins educacionais, posto que funcionou, durante anos, em sobrado acanhado e raquítico e quase nada possuindo. Situações semelhantes foram identificadas nas investigações aqui mencionadas acerca de outras escolas normais mineiras. Vimos que, em atitude inusitada, os professores realizaram a aquisição de imóvel para abrigá-la, denotando voluntarismo e negligência do governo estadual. Dentre outras precariedades ilustradas pelas fontes, temos: no início faltaram itens básicos, como mesas e cadeiras; uso de móveis impróprios à atividade pedagógica, pertencentes a uma oficina; professores faltosos e/ou que abandonaram os cargos, precariedades que contribuíram para a diminuição do número de normalistas.

Por fim, a falta de recursos foi alegada pelo governo como razão da supressão da Escola Normal de Uberaba, em 1905, em uma ação que reforçou a sina de intermitência das escolas normais brasileiras, demonstrando a insensibilidade das elites à ideia de formar normalistas para atuarem no ensino elementar. Ao lado da

alegada falta de recursos, o estabelecimento de uma concorrente confessional e particular também pesou para o fechamento da instituição, e, em clara situação de transferência do público para o privado, o governo autorizou a doação dos espólios da Escola Normal para o Ginásio Uberabense.

REFERÊNCIAS

A União. (1887, 9 de julho). *A União*. Ouro Preto, MG.

Arquivo Público Mineiro. (s.d.). Códice IP: Atas da Congregação, atas de exames e correspondências da Escola Normal de Uberaba [Manuscritos]. Belo Horizonte, MG, Brasil.

Arquivo Público Mineiro. (s.d.). Códice SI: Relatório de inspeção de Antônio Garcia Adjunto, relatórios de funcionamento e outros documentos sobre a Escola Normal de Uberaba [Manuscritos]. Belo Horizonte, MG, Brasil.

Arquivo Público Mineiro. (s.d.). *Regulamento* n. 100: Artigo 34 [Manuscrito]. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Arquivo Público de Uberaba. (s.d.). Códice IP 1-3, caixa 32: Congregação da Escola Normal de Uberaba [Documentos manuscritos]. Uberaba, MG, Brasil.

Arquivo Público de Uberaba. (s.d.). Códice SI 677: Relatório de inspeção de Antônio Garcia Adjunto [Documentos manuscritos]. Uberaba, MG, Brasil.

Arquivo Público de Uberaba. (s.d.). *Atas da Câmara* (Códice Atas da Câmara, Livro 03, pp. 96v-97v) [Manuscrito]. Uberaba, MG, Brasil.

Arquivo Público de Uberaba. (1892, 16 de maio). *Atas da Câmara*: Sessão de 16 de maio de 1892 (Códice Atas da Câmara, Livro 03, pp. 105-105v) [Manuscrito]. Uberaba, MG, Brasil.

Arquivo Público de Uberaba. (1895, 9 de março). *Atas da Câmara*: Sessão de 9 de março de 1895 (Códice Atas da Câmara, Livro 03, pp. 183-183v) [Manuscrito]. Uberaba, MG, Brasil.

- Araújo, J. C. de S., Freitas, A. G. B. de, & Lopes, A. de P. (Orgs.). (2008). *As escolas normais no Brasil: Do Império à República* (2ª ed.). Editora Alínea.
- Arruda, M. A. (2013). *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: O projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898–1905)* [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- Bilharinho, G. (2007). *Uberaba: Dois séculos de história (dos antecedentes a 1929)*. Arquivo Público de Uberaba.
- Brasil. (1827). *Lei nº 38.398, de 15 de outubro de 1827: Regulamento da Instrução Pública* (cap. IX, art. 44). Coleção de Leis do Império do Brasil. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-561490-publicacaooriginal-100001-pl.html>
- Buffa, E. (2001). A questão das fontes de investigação em história da educação. *Série-Estudos*, (12), 79–86.
- Cellurale, L. H. C. (2020). Primórdios das primeiras manufaturas, o processo de industrialização e os distritos industriais. In M. Z. de Casanova (Org.), *Uberaba 200 anos – No coração do Brasil* (pp. 531–549). Arquivo Público de Uberaba.
- Faoro, R. (1987). *Os donos do poder: A formação do patronato político brasileiro* (Vols. 1–2, 7ª ed.). Globo.
- Ferreira, P. A. (2013). *A Escola Normal de Juiz de Fora: Crises e permanências (1881–1911)* [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- Fonseca, D. F. M. (2013). *Prescrições sobre higiene na cidade e na Escola Normal: São João Del-Rei, final do século XIX e início do XX* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Gatti, G. C. V., & Gatti Jr., D. (2020). Expansão do ensino secundário em Minas: Estatísticas, legislação e historiografia (1942–1961). *Revista FAPEBA*, 1(1), 28–57. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://encurtador.com.br/Sqfnl>
- Gazeta de Uberaba. (1880, 11 de abril). *Gazeta de Uberaba*, p. 1–2. Uberaba, MG.

Gazeta de Uberaba. (1882, 16 de julho). *Gazeta de Uberaba*, p. 2.

Gazeta de Uberaba. (1883, 10 de maio). *Gazeta de Uberaba*, p. 1.

Gazeta de Uberaba. (1888, 30 de novembro). *Gazeta de Uberaba*, p. 2.

Gazeta de Uberaba. (1900, 19 de agosto). *Gazeta de Uberaba*, p. 1. Uberaba, MG.

Gazeta de Uberaba. (1905a, 24 de janeiro). *Gazeta de Uberaba*, p. 2.

Gazeta de Uberaba. (1905b, 6 de fevereiro). *Gazeta de Uberaba*, p. 2. Uberaba, MG.

Gonçalves Neto, W., & Carvalho, C. H. (2018). Cultura escolar e disciplina na formação de professores: A Escola Normal de Montes Claros (1888–1903). *Revista de Educação Pública*, 27(65/1), 507–528.

Gondra, J. G., & Schueler, A. (2008). *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. Cortez.

Guimarães, E. N. (2010). *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional*. EdUFU.

Inácio Filho, G. (2002). Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880–1960). In J. C. de S. Araújo & D. Gatti Júnior (Orgs.), *Novos temas em história da educação brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa* (pp. 39–64). Autores Associados; EdUFU.

Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, (1), 9–34.

Kreutz, L. (2011). A educação de imigrantes no Brasil. In E. M. T. Lopes, L. M. Faria Filho, & C. G. Veiga (Orgs.), *500 anos de educação no Brasil* (pp. 347–370). Autêntica.

Lage, A. C. P. (2005). Política e educação: O ensino normal na cidade de Campanha/MG. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História (ANPUH). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://11nq.com/zk4H7>

- Leão, M. (2012). Lei Saraiva (1881): Se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. *Aedos*. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/30737>
- Le Goff, J. (2005). *A história nova* (2ª ed.). Martins Fontes.
- Lei Geral de 15 de outubro de 1827. (1827). Recuperado em 13 de julho de 2025, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm
- Lourenço, L. A. B. (2005). *A oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750–1861)*. EdUFU.
- Lourenço, L. A. B. (2010). *O Triângulo Mineiro, do Império à República: O extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. EdUFU.
- Machado, S. P. S. (2009). *História do Instituto Zootécnico de Uberaba: Uma instituição de educação rural superior (1892–1912)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia].
- Martins, A. M. S. (2009). Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro no século XIX. *HISTEDBR-On-Line*. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639621>
- Martins, C. N. (2013). *Estado e Igreja Católica como instâncias promotoras de educação: Formação de professoras primárias em Minas Gerais na Primeira República (1892–1904)*.
- Mendonça, J. (2008). *História de Uberaba*. Academia de Letras do Triângulo Mineiro.
- Minas Geraes. (1892, 9 de junho–2 de agosto). *Minas Geraes*. Ouro Preto, MG.
- Moura, G. F. M. (2002). *Por trás dos muros escolares: Luzes e sombras na educação feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores 1940–1966)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia].

- Mourão, P. K. C. (1959). *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais.
- Mourão, P. K. C. (1962). *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais.
- Nagle, J. (1974). *Educação e sociedade na Primeira República*. EPU; Fundação Nacional de Material Escolar.
- Nosella, P., & Buffa, E. (1996). *Schola Mater: A Antiga Escola Normal de São Carlos*. EDUFSCar.
- Nóvoa, A. (1999). *Profissão professor*. Porto Editora.
- Oliveira, A. L. (2018). *A Escola Normal de Uberaba (1881–1905): Memória e cotidiano* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia].
- Oliveira, E. (2011). *O processo de produção da profissão docente: Profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais (1871–1911)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Oliveira, M. M. de. (2004). As origens da educação no Brasil: Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 12(45), 97–116.
- Pedruzzi, J. S. (2016). *A Escola Normal de Ouro Preto: Instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835–1889)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto].
- Pontes, H. (1970). *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Academia de Letras do Triângulo Mineiro.
- Riccioppo Filho, P. (2007). *Ensino superior e formação de professores em Uberaba, MG (1881–1938): Uma trajetória de avanços e retrocessos* [Dissertação de mestrado, Universidade de Uberaba].

- Rosa, W. M. (2004). Representações da profissão docente em Minas Gerais (1825–1852). In M. C. S. de Gouvêa & T. M. Vago (Orgs.), *Histórias da Educação: Histórias de Escolarização* (pp. 11–22). Autêntica.
- Sacristán, J. G. (2000). *O currículo: Uma reflexão sobre a prática* (3ª ed.). Artmed.
- Sampaio, A. B. (1971). *Uberaba: História, fatos e homens*. Academia de Letras do Triângulo Mineiro.
- Saviani, D. (2009). Formação de professores: Aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, 14(40), 143–155.
- Silva, J. P. V. (2017). *Espiritismo e educação: Eurípedes Barsanulfo e o Colégio Allan Kardec, Sacramento-MG (1880–1917)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia].
- Sousa, G. M. de. (2021). *Entre diamantes e cascalhos: A Escola Normal de Diamantina, 1878–1905* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia].
- Sucupira, N. (1996). O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In O. Fávero (Org.), *A educação nas constituições brasileiras: 1823–1988* (pp. 55–67). Autores Associados.
- Tanuri, L. M. (2000). História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, (14), 61–193. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://tinyurl.com/3uyprb7p>
- Villela, H. O. S. (2011). O mestre-escola e a professora. In E. M. T. Lopes, L. M. Faria Filho, & C. G. Veiga (Orgs.), *500 anos de educação no Brasil* (pp. 95–134). Autêntica.

ANDRÉ LUÍS OLIVEIRA: Graduado em História. Mestre em Educação – UFU. Doutorando em Educação (Linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação – UFU). Professor de História do IFTM, *Campus* Uberlândia Centro.

E-mail: andreoliveira@iftm.edu.br

<https://orcid.org/0009-0004-9698-8638>

GERALDO INÁCIO FILHO: Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Educação pela Unicamp, com estágio de pós-doutorado concluído na Universidade de Lisboa.

E-mail: geraldoinacio51@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0451-7851>

DÉCIO GATTI JÚNIOR: Doutor em Educação: História e Filosofia da Educação pela PUC-SP, com estágio de pós-doutorado concluído na Faculdade de Educação da USP. Professor Titular de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Beneficiário do Edital Universal da Fapemig.

E-mail: degatti@ufu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5876-6733>

Recebido em: 11.10.2024

Aprovado em: 06.05.2025

Publicado em: 21.07.2025

EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:

Olivia Moraes de Medeiros Neta (UFRN)

E-mail: olivia.neta@ufrn.br

<https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: três convites; dois pareceres recebidos.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Oliveira, A. L., Inácio Filho, G., & Gatti Júnior, D. Primórdios da formação docente no Triângulo Mineiro: a escola normal de Uberaba (1881-1905). *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e382. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e382>

FINANCIAMENTO:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).